Editor: Carlos Alexandre de Souza
carlosalexandre.df@dabr.com.br
3214-1292 / 1104 (Brasil/Política)

POLÍTICA PÚBLICA

Estudo mostra a força da educação no PIB

Segundo a pesquisa — que avalia o impacto de ampliar a alfabetização na América Latina e no Caribe —, garantir o domínio da leitura a 90% das crianças de até 10 anos acrescentaria R$ 45,5 trilhões à economia brasileira entre 2031 e 2050

» RAFAELA BOMFIM

Arquivo pessoal



Evidências indicam que aprender a ler e escrever nos primeiros anos amplia as oportunidades de inserção profissional e de melhores salários

R$ 6,4 TRI

É quanto a melhoria da alfabetização pode gerar na arrecadação até 2050

Garantir que pelo menos 90% das crianças brasileiras dominem habilidades básicas de leitura até os 10 anos pode aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) per capita do país em 29,3% até 2050. A melhoria da alfabetização também poderia acrescentar US$ 8,34 trilhões (R$ 45,87 trilhões) à produção econômica acumulada entre 2031 e 2050. Os números fazem parte de um estudo do Instituto de Evidência Educativa, que analisa os efeitos da aprendizagem nos primeiros anos escolares sobre o desenvolvimento econômico e social.

A pesquisa avalia o impacto de ampliar a alfabetização na América Latina e no Caribe, considerando dois cenários: a manutenção dos níveis atuais de aprendizagem e o avanço até que 90% das crianças de 10 anos alcancem o nível mínimo de proficiência em leitura. O percentual foi adotado como referência de universalização, considerando que mesmo sistemas educacionais com maior capacidade podem não conseguir garantir o aprendizado de todas as crianças.

O levantamento utiliza projeções do What Works Hub for Global Education, parceria internacional dedicada a estudar a implementação de políticas educacionais em países de baixa e média renda. A iniciativa é liderada pela escola de políticas públicas da Universidade de Oxford e recebe financiamento de instituições como Banco Mundial, Unicef e Fundação Bill e Melinda Gates. O Instituto de Evidência Educativa é uma organização internacional sem fins lucrativos que produz e analisa evidências sobre educação nos países latino-americanos e conta com o apoio de fundações da área, entre elas o Instituto Natura.

O ponto de partida da análise é o indicador de pobreza de aprendizagem, elaborado pelo Banco Mundial e pela Unesco. A medida reúne dados sobre a capacidade de leitura de crianças que frequentam a escola e daquelas que estão fora do sistema educacional. De acordo com os dados de 2022, apenas 46,7% das crianças de 10 anos da América Latina e do Caribe alcançavam o nível mínimo de proficiência. O resultado representa uma distância de 43,3 pontos percentuais em relação à meta de 90%.

> **Nossa análise evidencia que o desafio atual da América Latina não é apenas garantir a escolarização das crianças, mas que elas efetivamente aprendam"**
>
> ***Fiorella Santini, analista de dados do Instituto de Evidência Educativa***

No Brasil, o percentual era de 53,1%, acima da média regional, mas ainda distante do patamar considerado de universalização. Para os pesquisadores, os resultados reforçam que o desafio da educação não se limita a garantir a matrícula e a permanência dos estudantes nas escolas. É necessário assegurar que as crianças desenvolvam as habilidades fundamentais nos primeiros anos de escolaridade.

A importância desse processo está relacionada aos efeitos da alfabetização sobre toda a trajetória educacional. Evidências científicas indicam que aprender a ler e escrever nos primeiros anos facilita a continuidade dos estudos, reduz as dificuldades de aprendizagem e amplia as oportunidades de inserção profissional e de melhores salários ao longo da vida. "Garantir aprendizagens fundamentais não é apenas um objetivo educacional: é, também, uma prioridade para o desenvolvimento econômico e social", destaca o estudo.

Para calcular os possíveis efeitos da melhoria da aprendizagem, o modelo considera que o avanço no desempenho escolar reduz a probabilidade de abandono ou atraso nos estudos. A simulação prevê uma queda relativa de 40% no risco de abandono ou atraso durante o ensino fundamental, do 1º ao 9º ano, para cada desvio-padrão adicional nos resultados de aprendizagem. Na transição para o ensino médio, a redução considerada é de 25%.

Na prática, se um país tivesse inicialmente uma probabilidade de 10% de abandono ou atraso escolar, a redução de 40% levaria esse índice a 6%. A partir dessas premissas, os pesquisadores estimaram quantos estudantes poderiam avançar na educação básica caso o Brasil alcançasse o patamar de alfabetização estabelecido no estudo.

Os resultados apontam que mais de 3,3 milhões de crianças adicionais poderiam chegar ao 9º ano sem atraso escolar entre 2031 e 2050. No mesmo período, outras 2,6 milhões alcançariam o ensino médio, enquanto aproximadamente 1,3 milhão de jovens teriam oportunidades de emprego. Os números indicam que a melhoria da aprendizagem pode produzir efeitos que ultrapassam o ambiente escolar, ampliando a participação das novas gerações no mercado de trabalho.

"Essas estimativas mostram que as melhorias nas aprendizagens fundamentais poderiam se traduzir em maiores oportunidades de progressão escolar e de inserção no mercado de trabalho. Sua relevância não reside apenas em aumentar o número de estudantes que avançam no sistema educacional, mas também em ampliar as possibilidades de desenvolvimento de capacidades e de participação econômica das novas gerações", afirma o levantamento.

Arrecadação

O impacto estimado também alcança a economia e as contas públicas. Segundo o estudo, o aumento da atividade econômica decorrente da melhoria da alfabetização poderia gerar US$ 1,17 trilhão (R$ 6,4 tilhões) em arrecadação tributária adicional no Brasil entre 2031 e 2050. Para chegar ao valor, os pesquisadores aplicaram à diferença entre os resultados econômicos dos dois cenários a proporção entre arrecadação de impostos e PIB observada em cada país.

A analista de dados do Instituto de Evidência Educativa Fiorella Santini ressalta que os valores representam uma simulação, e não uma previsão de crescimento ou um resultado já comprovado de determinada política pública. "Essas estimativas correspondem a um cenário hipotético, e não a previsões nem efeitos comprovados de uma política educacional específica. Nossa análise evidencia que o desafio atual da América Latina não é apenas garantir a escolarização das crianças, mas que elas efetivamente aprendam", afirma.

No Brasil, a alfabetização na idade adequada integra as metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado no ano passado. A legislação estabelece que pelo menos 80% das crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental até 2030. O plano também prevê a universalização da alfabetização na idade certa até 2035.

Os resultados mais recentes do Indicador Criança Alfabetizada, criado pelo governo federal, mostram que o país avançou nesse objetivo. Em 2025, 66% das crianças alcançaram o nível de leitura e escrita considerado adequado ao final do 2º ano do ensino fundamental, etapa que concentra, em sua maioria, estudantes de 7 anos.

O percentual representa crescimento em relação a 2024, quando o índice ficou em 59,2%. Além disso, superou a meta estabelecida para 2025, que previa 64% de crianças alfabetizadas na rede pública. Apesar do avanço, os dados mostram que pouco mais de um terço dos estudantes ainda não alcançou o nível esperado para a etapa escolar.

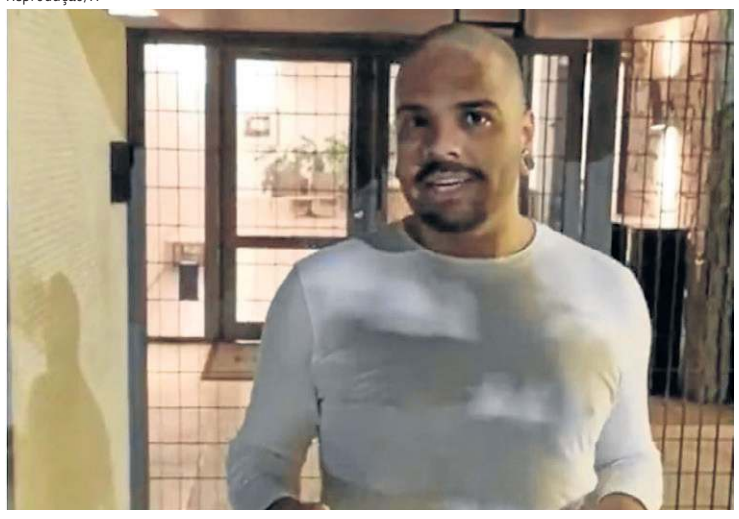
A diferença entre o resultado nacional e o patamar de 90% utilizado na simulação evidencia o tamanho do desafio. Mais do que ampliar os índices de matrícula, o país precisa garantir que as crianças aprendam a ler e escrever no período adequado. Segundo o estudo, esse avanço pode repercutir não apenas na formação dos estudantes, mas também na produtividade, na geração de empregos, na arrecadação e no crescimento econômico brasileiro.

REDES SOCIAIS

Vídeo com FHC vira caso de polícia

» RAPHAEL PATI

Reprodução/X



O influenciador Wesley está sendo processado pela família de FHC

A Polícia Civil de São Paulo (PCSP) abriu, ontem, uma investigação contra o influenciador Wesley Oliveira pela publicação de um vídeo gravado no interior do apartamento onde mora o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso. O caso foi registrado no 23º Distrito Policial, no bairro de Perdizes, pela esposa de FHC, Patrícia Kundrat, que afirma não ter concedido autorização ao influencer para realizar gravações, e, sim, apenas para acessar o imóvel.

O vídeo foi publicado na rede social TikTok pelo influenciador na semana passada, mas ganhou repercussão no fim de semana, causando revolta. O material, que foi apagado do perfil de Wesley, pode ser acessado por meio de outros perfis e outras redes que replicaram o conteúdo. Ele traz uma série de gravações, que sugerem ter sido registradas em dias diferentes, já que Wesley aparece com roupas distintas. Em uma parte, ele aparece segurando uma lata de cerveja dentro do que seria o escritório de FHC, e ao final do vídeo, mostra o próprio ex-presidente dormindo na cadeira de rodas.

Fernando Henrique Cardoso, hoje com 95 anos, teve diagnóstico confirmado para a Doença de Alzheimer em estágio avançado. A situação levou a família a decidir manter o ex-presidente ainda mais recluso e menos presente em aparições públicas, inclusive nas redes sociais. Essa decisão, no entanto, foi contestada pelo autor dos vídeos, que em um comentário ao vídeo, apagado horas depois da publicação, questionou a opção de resguardar FHC por conta do estado de saúde.

"Alzheimer ou demência não são motivos para esconder ninguém. A pessoa tem o direito de viver em sociedade e o mais próximo possível da normalidade, com dignidade e respeito", escreveu Oliveira, que afirmou ter sido autorizado pela esposa do ex-presidente a publicar o vídeo. Ele conta que já esteve outras vezes no apartamento. "Não há problema algum em mostrar FHC vivo, independente do diagnóstico. Nem ele, nem ninguém deve ser escondido ou invisibilizado por causa de um diagnóstico", completou.

A decisão de apagar a publicação, no entanto, veio logo após uma 'enxurrada' de comentários negativos na internet. Em algumas reações, o influencer é chamado de "podre", "escória" e "monstro". "Esse rapaz foi de uma falta de respeito sem tamanho. Quanta crueldade. Bebendo cerveja e rindo de um idoso doente. Inacreditável", escreveu um deles. À Polícia, a esposa de FHC disse estar indignada com a publicação e que o autor teria o objetivo de "humilhar, desprezar, vexar, desonrar, ridicularizar" a imagem do ex-presidente.

O sociólogo governou o país entre 1995 e 2002 e está interditado judicialmente desde abril de 2026. Seu filho Paulo Henrique Cardoso, designado para atuar como curadora provisória para administrar questões patrimoniais, pediu investigação sobre o caso ao Ministério Público de SP.